



Instituto de Desenvolvimento Educacional do Alto Uruguai - IDEAU



REI

REVISTA DE EDUCAÇÃO DO IDEAU

v.4 - n.8 - Janeiro - Junho 2009

Semestral

Artigo:

INDISCIPLINA NA ESCOLA E O COTIDIANO ESCOLAR: BUSCANDO SOLUÇÕES CONJUNTAS¹

Autoras:

Francieli Todero²
Gisele Teresinha Bordin Peruzzolo³
Mirian Mroczkoski⁴

¹ Graduadas em Educação pelo Instituto do Desenvolvimento Educacional do Alto Uruguai.

² Rua Professor Francisco Stawinski, 2193. Getúlio Vargas/RS.

³ Rua José Bianchini, 99. Estação/RS. giseleperuzzolo@yahoo.com.br.

⁴ Linha São Lourenço – Floriano Peixoto/RS.

INDISCIPLINA NA ESCOLA E O COTIDIANO ESCOLAR: BUSCANDO SOLUÇÕES CONJUNTAS

Resumo: Esta pesquisa tem por objetivo refletir e buscar alternativas para o enfrentamento de um grande problema emergente nas escolas: a indisciplina. Esta é conceituada como falta de limites, desrespeito ao direito do outro, incompreensão das regras de convívio e falta de solidariedade. Ela existe quando a postura do aluno impede que a escola e que o currículo cumpram os seus objetivos. A indisciplina não é resultado somente de problemas que estão fora da escola e que se manifestam dentro dela por atitudes indisciplinadas, mas é gerada e alimentada no interior mesmo do ambiente escolar. Assim, educar e formar hábitos e atitudes exige compreender que a aquisição de valores é fundamento básico na estruturação de uma sociedade mais justa, portanto, é preciso investir na orientação e na formação de pais e educadores, para que estes consigam formar cidadãos competentes e aptos para atuar num mundo cada vez mais carente de valores éticos e comportamentais. Construir um ambiente cooperativo e respeitoso entre professor e aluno e consolidar relações próximas entre escola e família, são passos importantes e necessários para vencer a indisciplina.

Palavras-Chave: Disciplina; Indisciplina; Valores; Limites.

Abstract: This research have for objective to reflect and search alternatives for the confrontation of a great emergent problem in the schools: the indiscipline. This is appraised as lack of limits, disrespect to the right of he other, incompreension of the conviviality rules and lack of solidarity. It's exists when the position of the students hinders that the school and that the curriculum fulfills it's objects. The indiscipline is not only result of problems that are of the school and that they are disclosed inside of it for indiscipline attitudes, but is generated and fed in the same interior of the pertaining to school environment. Thus, to educate and to form habits and attitudes demand to understand that the acquisition of values is basic bedding in the structuration of a society more just, therefore, is necessary to invest in the orientation and the formation of parents and educators , so that these obtain to form competent and apt citizens to act in a world each more devoid time of ethical and manning values. To construct to a cooperative and respectfull environment between teacher and student and to consolidate next relations between school and family, are important steps and necessary to win the indiscipline.

Key Words: Discipline; Indiscipline; Values; Limits.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

As escolas estão vivendo um momento delicado, em especial no que se refere à indisciplina, tanto em sala de aula quanto no ambiente escolar. Esta situação demonstra estar adquirindo proporções cada vez mais sérias através dos tempos. Estudar e debater o que se entende por indisciplina e quais são as suas causas é tema constante nas discussões ou debates entre pais e educadores que se vêm envolvido com a arte de educar.

A indisciplina pode ser alguma carência do indivíduo, como a falta de interesse, a falta de compreensão, a falta de valorização, que, se percebida antes de tornar-se um problema de comportamento como a bagunça ou a agressividade, formas de expressão de total falta de respeito para com o outro, podem ser trabalhadas, evitando assim chegar a um problema mais grave e que necessite ajuda de especialistas para saná-lo. Segundo Tiba, “[...] como em qualquer relacionamento humano, na disciplina é preciso levar em consideração as

características de cada um dos envolvidos no caso: professor e aluno, além das características do ambiente” (1996, p.117).

Neste contexto busca-se levantar alternativas e colaborar na conscientização da família, dos educadores e dos educandos frente ao aspecto da importância da vivência de valores e atitudes éticas, tão necessárias nas salas de aula e nos ambientes de convivência social.

1.1 ESCLARECIMENTOS SOBRE OS CONCEITOS DE DISCIPLINA/INDISCIPLINA

A questão disciplinar é uma das grandes dificuldades com relação ao trabalho escolar, sendo, talvez, o “inimigo número um” do educador atual, constituindo o principal fator de estresse para muitos, atingindo tanto as escolas públicas como as privadas. As principais queixas dos professores relativas à indisciplina são: falta de limites dos alunos, bagunça, tumulto, mau comportamento, desinteresse e desrespeito às autoridades da escola e também ao patrimônio. Alguns professores apontam que os alunos não aprendem porque são indisciplinados em decorrência da não imposição de limites por seus familiares.

A indisciplina é susceptível de múltiplas interpretações. Um aluno ou professor indisciplinado é em princípio alguém que não se comporta de acordo com as normas acordadas no contexto escolar. Estes desvios são, todavia denominados de forma diferente conforme se trate de alunos ou professores. Como nos diz Silva:

A disciplina escolar é um conjunto de regras que devem ser obedecidas tanto pelos professores quanto pelos alunos para que o aprendizado escolar tenha êxito. Portanto, é uma qualidade de relacionamento humano entre o corpo docente e os alunos em uma sala de aula e, conseqüentemente, na escola (1986, p.117).

A indisciplina tem sido um problema desafiador para os educadores nas escolas, pois além da mesma influenciar no comportamento dos alunos e no andamento das aulas, ela prejudica o processo de ensino e aprendizagem e pode também, ser interpretada como uma resposta ao autoritarismo do professor.

Encontramos uma definição para o conceito de indisciplina no dicionário da língua portuguesa Aurélio que atribui os seguintes significados: “Procedimento, ato ou dito contrário à disciplina” (2001, p. 414), sendo que o conceito de disciplina é definido como:

“1. Regime de ordem imposta ou mesmo consentida. 2. Ordem que convém ao bom funcionamento de uma organização. 3. Relações de subordinação do aluno ao mestre. 4. Submissão a um regulamento. 5. Qualquer ramo do conhecimento. 6. Matéria de ensino”.

(2001, p.258). Percebe-se que nas seis definições de disciplina todos os significados podem se relacionar, de alguma forma, com o processo educacional.

Quanto à conceituação de indisciplina e, por consequência de disciplina, Ives de La Taille define-a como: “toda ação moral executada pelo sujeito e que está em desacordo com as leis impostas ou construídas coletivamente, tendo o indisciplinado consciência ou não deste processo de elaboração” (2006, p.60). Assim, o aluno deve ter consciência das regras de comportamento acordadas no ambiente escolar. Em caso de discordar dessas regras deve-se problematizá-las por meio de debates.

Por outro lado, pesquisas desenvolvidas, tendo como parâmetro a pesquisa piagetiana, têm apontado que geralmente o aluno indisciplinado é o mais inteligente, curioso, esperto e desenvolvido moralmente. La Taille faz as seguintes observações: “a) a indisciplina, seja em relação às regras impostas ou construídas democraticamente, é sempre indisciplina; b) a violência nem sempre é sinônimo de indisciplina; c) porém, a indisciplina é, em determinadas situações, ética [...]” (2006, p. 61). Muitas vezes, se faz necessário criar uma situação de indisciplina para questionar uma regra que se considera imprecendente.

A indisciplina pode ser conceituada como falta de limites, um desrespeito ao direito do outro, incompreensão das regras de convívio e falta de solidariedade. Ela existe quando a postura do aluno impede que a escola e que o currículo cumpram os seus objetivos. Portanto, “assim como a água corre morro abaixo e o fogo morro acima, o comportamento evasivo, a indisciplina, o desrespeito aos professores e a falta de ética crescem com a ausência de limites adequados” (TIBA, 1998, p.120).

Um comportamento indisciplinado é qualquer ato ou omissão que contraria alguns princípios do regulamento interno ou regras básicas estabelecidas pela escola, pelo professor ou pela comunidade. A indisciplina é uma resposta à autoridade do professor, segundo podemos observar na citação de Simões:

O aluno contesta porque não está de acordo com as exigências do professor, com os valores que ele pretende impor, com seus critérios de avaliação, a sua parcialidade, [...]. Existe entre o professor e o aluno uma relação desequilibrada. O aluno não aceita o professor ou a sua disciplina. O professor não consegue motivar o aluno, ou despertá-lo ou cativá-lo (1996, s/p).

Sendo assim, cabe perguntar: Os alunos são indisciplinados por natureza ou porque as circunstâncias os estimulam a assumirem comportamentos desviantes? A este respeito podemos distinguir duas correntes teóricas fundamentais: Uma afirma que a indisciplina é uma tendência natural de todo o ser humano, esta escrita no seu código genético. O Estado, a

educação e a cultura atuam como freios destes impulsos anti-sociais. Outra corrente sustenta que a natureza humana é uma espécie de recipiente vazio, pronto a ser preenchido pelos estímulos que recebe do exterior. Conforme a natureza destes estímulos assim será a criança e assim será o adulto, então as circunstâncias determinam aquilo que cada homem é. A contrapartida desta visão igualitarista, sustentada pela primeira vez pelos sofistas, foi o aparecimento de uma multiplicidade de métodos e técnicas para dar forma à natureza do homem.

Uma das formas mais comuns de entender a disciplina é associá-la a idéia da obediência, de submissão. Qualquer comportamento que não se ajuste as normas e regras instituídas pela escola é traduzido como indisciplina ou falta de educação ou de respeito pelas autoridades. A questão da disciplina é bastante complexa, uma vez que um grande número de variáveis influencia no processo de ensino e aprendizagem.

É imprescindível o empenho de professores, pais, alunos, diretores, em fazer parte da construção coletiva da disciplina, cada um com suas responsabilidades, articulando com os demais, cobrando e exigindo. As normas necessitam ser construídas por todos e deixar bem claro: o quê, quando, como, onde, sem esquecer de mencionar qual consequência pelo não cumprimento. Periodicamente devem ser revistas para alterar, anular ou atualizar as questões que se percebe ultrapassadas ou desnecessárias. Segundo Wallon:

A disciplina pode ser entendida diferentemente segundo a tarefa do mestre, é considerada como de puro ensino ou de educação e segundo o aluno, é considerado como simples inteligência a guarnecer de conhecimentos ou como um ser a formar para a vida (1979, p.367).

A disciplina é indispensável para uma criança. É importante para o crescimento e o desenvolvimento social e constitui parte integrante do aprendizado. No entanto, para ser educativa, eficaz e salutar, a disciplina precisa ser exercida com sabedoria, justiça, prudência, bom senso e equilíbrio. Os regulamentos, as regras e as expectativas que regulam a conduta da criança constituem a disciplina. Ensinar a criança a seguir regulamentos e regras ajuda a adaptar-se ao mundo e a ter um comportamento socialmente aceitável. Assim, a criança aprende a ter noção dos direitos dos outros e a respeitá-los.

A disciplina destina-se a formar hábitos sadios e a fazer com que a criança obtenha satisfação na prática de atos desejáveis, bem como que compreenda as razões do seu procedimento de tal maneira que ao se apresentarem questões mais complexas, possa chegar a

raciocinar, por si, escolhendo a atitude mais adequada. Disciplina não é sinônimo de castigo. Instituir a disciplina para a criança e aplica-la pode ser considerada uma expressão de amor.

Educar é delegar responsabilidades e cobrar resultados, que devem ser obtidos com ética, atribuindo-se pequenas tarefas. O filho deve estudar e a escola é indispensável para a vida, por isso os pais devem exigir estudo, mas, além disso, que tenham educação. É importante a maneira como a família valoriza a educação, pois vai passar para o filho, um bom ou mau conceito sobre a mesma. Tiba faz uma referência à educação dos filhos citando que: “Cabe aos pais ajudar os filhos a ter vida própria. Essa, aliás, é a parte mais difícil da educação: preparar para uma independência. O bom educador trabalha para que o educando dependa cada vez menos dele”(2002, p.215).

Uma criança disciplinada se torna um jovem de princípios, um adulto de valor e um idoso realizado. Os pais podem contribuir com uma boa cota para que isso aconteça, educando a vontade do filho e não quebrando o seu poder de escolha. Para Tiba “A educação com vistas à formação do caráter, da auto-estima e da personalidade da criança ainda é, na maior parte, responsabilidade dos pais” (2002, p.180).

A disciplina, portanto, deve apontar limites, como normalmente se faz, mas também possibilidades, geralmente esquecidas. Numa visão dialética-libertadora, compreende-se que a disciplina se constrói pela interação do sujeito com outros e com a realidade, até chegar ao autodomínio; segundo Freire: “Ninguém disciplina ninguém. Ninguém se disciplina sozinho. Os homens se disciplinam em comunhão, mediados pela realidade” (1981, p.79). Entretanto, para que ocorra a construção da disciplina é necessário que tenha uma conduta dialógica por parte do educador, pois é ele quem faz a intervenção pedagógica. O ofício docente exige negociação constante para que haja um ambiente cooperativo, em que favoreça condições para o respeito mútuo.

O trabalho em sala de aula não transcorre baseado apenas no conhecimento do educador, se assim fosse a maioria dos problemas estariam resolvidos. Ocorre que, na realidade, há uma grande carga afetiva envolvida, podendo passar por agressão, busca de afeto ou aceitação.

O educador, consciente de sua afetividade, deve estar sempre atento para não entrar no esquema de “agüentar” os atos de indisciplina gerados pelos alunos, é importante que eles procurem conhecer, compreender e ajudá-los a elaborar os seus sistemas de valores. De acordo com Wallon: “não existe aprendizagem sem vínculo afetivo” (1973, p.326), pois a educação é um processo com diferentes dimensões que se completam entre elas, não podemos

ignorar a relação pedagógica, este encontro entre pessoas vivas e cheias de desejos, que estão sempre presentes no fazer pedagógico.

1.2 A EDUCAÇÃO MORAL

Piaget afirma que toda moral consiste num sistema de regras, e a essência de toda moralidade deve ser procurada no respeito que o indivíduo adquire por essas regras. No entanto, não nascemos com a noção de regras a serem seguidas, trata-se de uma construção do indivíduo ao longo de toda a sua vida. Esse desenvolvimento moral que inicia com o nascimento resulta do desenvolvimento cognitivo e das relações sociais das crianças com os adultos e entre seus iguais. Piaget afirma que as trocas entre as pessoas são condições necessárias para a conquista da autonomia.

O caminho na relação das crianças com as regras inicia-se com a fase da anomia passando pelo heteronomia em direção à autonomia. No entanto, isso não significa que o sujeito deva seguir suas próprias regras. Regras são acordos entre sujeitos e, portanto, deve-se levar em consideração o ponto de vista do outro.

A moral é um fato social, e, portanto uma consciência puramente individual, não seria capaz de elaborar e respeitar regras morais, Piaget recusa-se a considerar, como o faz Durkheim a sociedade como um ser coletivo. Para ele assim como não existe o indivíduo, pensado como unidade isolada, também não há a sociedade, pensada como um todo ou um ente ao qual uma só palavra pode remeter. Existe, isto sim, relações interindividuais que podem ser diferentes entre si. Piaget divide as relações interindividuais em duas grandes categorias: a coação e a cooperação.

A relação de coação é uma relação assimétrica, na qual um dos pólos impõe ao outro sua forma de pensar e suas verdades: trata-se de uma relação onde não existe reciprocidade. As relações de cooperação são simétricas, portanto regidas pela reciprocidade. Somente com a cooperação o desenvolvimento intelectual e moral podem ocorrer, pois ele exige que os sujeitos se descentrem (incluir o pensamento do outro) para poder compreender o ponto de vista alheio. Desta relação se origina o respeito mútuo no qual há mais igualdade de poder de ação um ao outro.

Nesta relação de mais igualdade uns com os outros, as crianças descobrem que são diferentes entre si, que cada um tem uma maneira de pensar e que gostam de coisas diferentes. Neste estágio de prática cooperativa das regras, as crianças começam usar regras como um instrumento de influência mútua “se eu tenho de jogar assim você também tem”; “eu sou igual

a você tenho os mesmos direitos”. E usando assim as regras é que aprendem construí-las. Uma regra passa a ser boa se garantir as melhores condições de jogo para todos. Uma regra é aquela que o mais velho ensinou, mas a que foi testada e aprovada por todos.

Do mesmo modo que a heteronomia é característica do respeito unilateral, o respeito mútuo conduz à moral autônoma. Através da reciprocidade, a pessoa passa a ser capaz de coordenar diferentes pontos de vistas e de ações, elaborando assim, suas próprias normas de conduta.

Frente as suas reflexões sobre o desenvolvimento dos juízos morais na criança, Piaget chega a pensar algumas implicações pedagógicas destes seus estudos. A responsabilidade primeira que pode ser atribuída ao educador é de contribuir no desenvolvimento de uma moral autônoma na criança, criando um ambiente agradável, cooperativo e fundado em relações de respeito mútuo.

A educação moral pressupõe que a criança possa fazer experiências morais: a justiça se aprende experienciando relações em que às regras são necessárias e valem para todos, em que a vivencia de situações de justiça, deve-se incentivar as crianças a assumir pequenas responsabilidades e tomar decisões, discutir pontos de vista, expressar livremente suas idéias, investigar e estabelecer relações.

2 CAUSAS DA INDISCIPLINA ESCOLAR

Os motivos da indisciplina podem ser extrínsecos à aula, tais como problemas familiares, inserção social ou escolar, excessiva proteção dos pais, carências sociais, fortes influências de ídolos violentos. No entanto, a própria constituição física ou intelectual do aluno pode provocar comportamentos indisciplinados. A imaturidade, a desocupação, a desatenção, a incapacidade de fixação, o baixo rendimento escolar, a agressividade devem ser pesquisadas como sintomas de distúrbios mais profundos (quer fisiológicos, quer emocionais), que é preciso tratar, sem o qual as repressões ou sanções serão totalmente ineficazes e até contraproducentes, é preciso compreender a mensagem que se esconde por trás do comportamento manifesto como indisciplina” (ROSEMBERG apud VASCONCELLOS, 1995, p. 50).

De qualquer modo, é possível perceber claramente que os problemas de aprendizagem ligados à indisciplina estão agravando e prejudicando o andamento pedagógico, pois vão desde os desentendimentos mais corriqueiros como a recusa ao empréstimo de um simples

material ao colega, ao cúmulo de insultar e ofender professores, seja com palavras, gestos ou atos agressivos. Segundo TIBA “As instituições de ensino, cuja tarefa é introduzir as crianças nas normas da sociedade, muitas vezes se omitem. O professor também perdeu a autoridade inerente à sua função. Quanto maior a perda, mais anárquica tornou-se a aula” (1996, p.18).

Os limites entre os problemas de indisciplina e aprendizagem parecem difusos, levam o professor à insegurança e ao medo de viver uma situação constrangedora, mas por outro lado, a escola não pode abrir mão da responsabilidade quanto à disciplina, pois envolve a formação da consciência, do caráter e da cidadania. Segundo Vasconcellos:

O professor é um dos principais agentes de mudanças da disciplina (ou agente privilegiado): 1. Por estar em contato direto com os alunos, no lócus privilegiado onde se manifesta o problema; 2. Por ser o profissional da educação; 3. Por ser potencialmente um dos mais interessados em resolver este problema (em função do elevado desgaste que sofre) (1995, p.69).

Assim, é preciso que o professor se coloque na condição de sujeito, qual seja, assumir que, embora não sendo absolutamente a única fonte do problema, nem o único envolvido, têm uma responsabilidade diante dele. Precisa ir à raiz do problema, compreender suas múltiplas e complexas causas, a fim de poder assumir a parte que lhe cabe. Pois, a indisciplina não é resultado somente de problemas que estão fora da escola e que se manifestam dentro dela por atitudes indisciplinadas, mas é gerada e alimentada no interior mesmo do ambiente escolar.

O problema da indisciplina também está fortemente relacionado à conduta, aos limites e à liberdade imposta ou permitida pelos pais ou responsáveis pelas crianças ou adolescentes. É na família que os alunos adquirem os modelos de comportamento que exteriorizam nas aulas.

Percebe-se que cada vez mais, as famílias transferem para a escola a responsabilidade de educar. A escola passa a ter um trabalho maior, pois além de construir conhecimentos, preparar para o mercado de trabalho e ser um espaço de socialização, precisa atender a dificuldades que seriam de âmbito familiar.

No entanto, a escola não está conseguindo dar conta dessa atribuição como deveria. Descaracterizada, há momentos em que perde o eixo que envolve o conhecimento e a tradição. Isso tudo está causando um “mal-estar” aos professores que se sentem impotentes frente ao compromisso de preparar os alunos para o pensar, fornecendo as ferramentas e conhecimentos necessários com que poderão atuar.

É preciso que os pais aprendam no dia-a-dia, que tenham consciência de que são os principais e insubstituíveis educadores e que podem transmitir o sentimento de solidariedade e

a prática da cidadania, somente eles podem colocar limites desde o nascimento. O sim e o não estabelecem limites para a criança, que aprende o que pode e o que não pode fazer. Ela precisa desenvolver no dia-a-dia um critério interno do que é certo ou errado, adequado ou inadequado, e do que é essencial ou supérflua, só assim ela aprenderá a se organizar para viver bem e ser feliz.

O primeiro passo, para os pais, deve ser o fortalecimento do afeto nas relações de família. É importante lembrar que o afeto é totalmente diferente de permissividade. O importante é que ambas as partes saibam que, embora muitas vezes, pensem de formas diferentes sempre há possibilidade do diálogo e do respeito. Educar é delegar responsabilidades e cobrar resultados, que devem ser obtidos com ética, atribuindo-se pequenas tarefas. O filho deve estudar e a escola é indispensável para a vida, por isso os pais devem exigir estudo, mas, além disso, que tenham educação.

É importante a maneira como a família valoriza a educação, pois vai passar para o filho, um bom ou mau conceito sobre a mesma.

Se a mãe e o pai querem que os filhos se saiam bem na escola é essencial que estimulem a criança e o adolescente a tirar proveito do estudo feito em casa. Uma dica importante é não estimular a decoreba, a indigestão do aprendizado, em que o aluno apenas repete a matéria sem refletir sobre o seu conteúdo. Com isso, ele não sabe usar a informação em outros contextos, pois não a absorveu como conhecimento (TIBA, 2002, p. 189).

Quando os pais e também professores permitem que a criança ou adolescente tomem atitudes próprias diante de uma situação, estão, na verdade, transmitindo a eles a idéia de que podem fazer alguma coisa por si mesma. Aprende a fazer diferença entre as coisas importantes e significativas e correr atrás delas.

Educadores, pais e alunos podem refletir sobre a indisciplina a partir dos mais variados enfoques, e por isso cada um certamente vai apresentar pontos diferentes. Todavia, antes de procurarem achar culpados ou inocentes, a escola, os professores e os familiares precisam agir de maneira conjunta na luta pela qualidade educativa e pela criação de um ambiente adequado ao processo de ensino e aprendizagem.

No ponto de vista de Aquino (1996), a escola e a família são as duas instituições responsáveis pela educação num sentido amplo. O processo educacional depende da articulação desses dois âmbitos institucionais. Um não substitui o outro, devem sim, complementar-se. Se tanto a família como a escola são as principais responsáveis pela formação da criança ou o adolescente, é preciso que haja coerência entre princípios e valores

de uma e outra, evitando confrontos entre professores, alunos, família e escola, o que favoreceria a rebeldia e a indisciplina dos alunos.

As pessoas ligadas às práticas escolares contemporâneas, tanto educando como educadores ou pais e comunidade em geral, não conseguem ter clareza do quanto os fatos políticos, econômicos e educacionais (aprendizagem) influenciam para deplorar a imagem da escola. Como consequência emerge a ameaça à cidadania do país. “Sem escolas não há cidadania” como cita Aquino (1996 p. 57) o seu pronunciamento sobre a indisciplina e a escola atual.

A dificuldade em se lidar com a disciplina na escola deve-se, portanto, à dificuldade em chegar-se à ordem consentida livremente entre os atores do processo educativo escolar. É importante afirmar que sem a escola não há possibilidade do cidadão construir seus direitos, uma vida com dignidade, pois, quanto menor for a escolaridade da pessoa, menor também serão suas chances de acesso às oportunidades que o mundo atual oferece e às exigências que ele impõe. Franco menciona que: “Há necessidade da escola [...] se organizarmos de tal forma que permita aos educadores forjarem uma ‘vontade coletiva’, um firme ‘desejo’ e um inarredável compromisso político com a aprendizagem sólida e duradoura do aluno” (1987, p.13).

3 A RELAÇÃO PROFESSOR-ALUNO E O ENFRENTAMENTO DA INDISCIPLINA

Numa sociedade em mudança, o processo de modernização, o avanço tecnológico, a complexidade crescente do mundo laboral, social e cultural exigem um panorama de respostas prontas e uma formação básica mais prolongada e mais versátil capaz de preparar o jovem para adaptações sucessivas ao longo da vida profissional e para uma sociedade competitiva e de livre circulação. Numa sociedade democrática, os jovens, sem uma aprendizagem formal de valores e atitudes que asseguram uma convivência livre e pacífica, (que os educadores informais tradicionais já não transmitem), perdem proximidade aos referenciais ideológicos comuns, tais como os valores acolhidos na Constituição Nacional. Resulta assim um afastamento entre valores sociopolíticos que constam de legislação, declarações e programas e as práticas correntes.

A educação, no seu verdadeiro sentido, não se faz sem autoridade, pois o educando precisa do referencial do educador a fim de ter base para a construção do seu referencial.

O professor, muitas vezes não consegue disciplinar porque não tem autoridade diante dos seus alunos. Normalmente, o professor espera que o aluno tenha um reconhecimento natural para com sua pessoa, fato que, na maioria das vezes, não acontece mais. Hoje tudo

mudou, esse tratamento de respeito tem que ser conquistado pelo professor. Segundo Vasconcellos:

[...] o professor com autoridade é também aquele que deixa transparecer as razões pelas quais a exerce: não por prazer, não por capricho, nem mesmo por interesses pessoais, mas por um compromisso genuíno com o processo pedagógico, ou seja, com a construção de sujeitos que, conhecendo a realidade, disponha-se a modificá-la em consonância com um projeto comum (1995, p. 44).

No entanto, uma coisa é a autoridade do professor e da escola, com base no conhecimento e na tarefa educativa, outra coisa é o autoritarismo. A autoridade é algo da própria estrutura do encontro entre um adulto e uma criança. Já se essa autoridade for fundada sobre bases ilegítimas, conduz ao autoritarismo e à injustiça. Devemos considerar, no entanto, que negar a autoridade em nome de igualdades forjadas conduz à hipocrisia nas relações humanas.

Ter respeito para com os alunos, é uma das necessidades da postura de um educador consciente. Para Chalita “O aluno tratado com respeito, tendo valorizada sua história de vida, sente-se amado, querido na escola em que estuda. O aluno é a esperança de tempos melhores para este país doente” (2001, p.161). O professor não pode exigir que o aluno goste dele ou dos colegas, mas o respeito ele deve exigir. No caso de ser desrespeitado deve re-estabelecer os limites. Não podemos pensar em apenas respeitar quem nos respeita, se o aluno e o professor pensar assim, quando haverá respeito? Para Vasconcellos, não se deve perder de vista a tensão respeito-exigência:

[...] a disciplina tem como fundamento a exigência [...]. Se alguém me perguntasse como poderia determinar com uma fórmula resumida a existência de minha experiência pedagógica, responderia que bastaria **exigir o máximo do homem** e distingui-lo com o **maior respeito possível** (1995, p. 76).

A busca de um clima de respeito em sala de aula tem muito a ver com a construção da cidadania, com o direito à diferença, com o direito de ter sua palavra, e a se expressar. O respeito pelo aluno passa também pela boa preparação de curso e das aulas, pelo compromisso com os alunos, bem como pelo exercício coletivo do poder.

A afetividade no ambiente escolar contribui para o processo de ensino e aprendizagem, considerando que o professor não apenas transmite conhecimentos, mas também ouve os alunos e ainda estabelece uma relação de troca. Deve dar-lhes atenção e cuidar para que aprendam a expressar-se, expondo opiniões, dando respostas e fazendo opções pessoais. É importante destacar que a afetividade não se dá somente por contato físico;

discutir a capacidade do aluno, elogiar seu trabalho, reconhecer seu esforço e motivá-lo sempre, constituem formas cognitivas de ligação afetiva, mesmo mantendo-se o contato corporal como manifestação de carinho.

Compreendemos então que afetividade e inteligência são aspectos indissociáveis, intimamente ligados e influenciados pela socialização. Afetividade no ambiente escolar é se preocupar com os alunos, é reconhecê-los como indivíduos autônomos, com uma experiência de vida diferente da sua, com direito a ter preferências e desejos nem sempre iguais ao do professor. Concebemos então, a afetividade, assim como o conhecimento construído através da vivência. Segundo Saltini:

As escolas deveriam entender mais de seres humanos e de amor do que de conteúdos e técnicas educativas. Elas têm contribuído em demasia para a construção de neuróticos por não entenderem de amor, de sonhos, de fantasias e de dores (2006 s/p.).

As características principais que encontramos em um ambiente cooperativo são: o respeito mútuo; as atividades grupais que favoreçam a reciprocidade; a ausência de esquemas de punições e de decisões; o igual valor a todas as opiniões e aos diferentes argumentos. Devemos destacar que a responsabilidade pela obtenção desse ambiente de trabalho cooperativo é tanto do educador quanto do educando.

Para que se tenha um bom relacionamento em sala de aula, é necessário: Que regras sejam discutidas e estabelecidas pelo grupo de sala de aula; Que o professor reconheça e assuma sua função de coordenador e de mediador do grupo da sala de aula; Que o professor não tente ser o “dono” da sala e das regras, que tudo cobra que diz quem está certo ou errado.

O que caracteriza uma sala de aula onde a relação é fruto de cooperação entre membros do grupo? É o fato dos problemas serem enfrentados em conjunto, pelo grupo e pelo professor, por isso a sala de aula não será nem silenciosa, e nem passiva. Para Vasconcellos:

A construção do relacionamento humano é fundamental para o processo educativo. Os próprios alunos percebem que uma classe unida, onde há calor humano, respeito, aceitação, é motivo de “dar gosto vir para a escola”, ajudando, inclusive, cada um a lidar com seus defeitos, com seus limites. Não podemos perder de vista que a construção do conhecimento em sala de aula necessita da construção da pessoa e esta depende da construção do coletivo, base de toda construção (1995, p. 81).

O que se está chamando de “ambiente escolar cooperativo” é um ambiente assim denominado porque nele a opressão do adulto é reduzida o máximo possível, e nele encontram-se as condições que geram a cooperação, o respeito mútuo, as atividades grupais

que favorecem a reciprocidade, a ausência de sensações expiatórias e de recompensas, e onde as crianças têm oportunidade constante de fazer escolhas, tomar decisões e de expressar-se livremente. Isso não significa abrir mão da figura da autoridade moral e intelectual, não autoritária, do professor como coordenador do processo educacional. O que muda o quadro é que esse professor nem é o que determina tudo dentro da sala de aula e nem deixa que os alunos determinem, porque ele é quem conhece os objetivos pedagógicos. Ele nem estabelece as regras da classe e nem os alunos o fazem sozinhos, porque ele pertence ao grupo e tem maior conhecimento sobre a competência legisladora do grupo, que, por exemplo, não pode legislar sobre assuntos que envolvam outras classes ou outros professores, ou sobre assuntos que tenham legislação superior, como a existência ou não de avaliação na escola.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em seu trabalho diário com as crianças, o professor depara-se constantemente com conflitos, desavenças, situações (atitudes) indisciplinadas. Essas ocorrências cotidianas em qualquer escola exigem uma resposta por parte do educador e, com certeza, a maneira como lida com a situação, sua postura, o tipo de relação com a classe vão interferir na criança. Sabe-se que as escolas, quer queiram ou não, com certeza influenciam de maneira significativa na formação das crianças.

A escola é um espaço privilegiado para o desenvolvimento da autonomia moral. Para Piaget, a educação moral supõe que a criança possa fazer experiências morais e a escola constitui um meio propício para tais experiências, visto que, para aprender viver em grupo é necessário ter experiências de vida em comum. Considera também, que o objetivo principal da educação voltada às questões de moralidade é de formar personalidades autônomas e aptas a cooperar. Para Piaget, a cooperação leva à autonomia. Por conseqüente urge favorecê-la no ambiente educacional, não restringindo as interações sociais apenas aos professores e aos alunos, mas propiciando também as trocas entre os pares.

É preciso ensinar os alunos a pensar, e é impossível aprender a pensar sob um regime autoritário. Pensar é procurar por si mesmo, é criticar livremente e é demonstrar de maneira autônoma. O pensamento supõe, portanto, o livre jogo das funções intelectuais e não o trabalho sob coerção e a repetição verbal. “Não basta encher a memória de conhecimentos úteis para fazer homens livres: é preciso formar inteligências ativas” (PIAGET apud COAN, 2005, p. 155).

Para enfrentar (superar) a indisciplina o professor deve ter um papel ativo, enérgico muitas vezes, sem ser autoritário, desde que os alunos sintam que são respeitados, que existe coerência em suas ações, que ele não busca privilégios para si ou para alguns alunos em detrimento dos outros e que pauta suas cobranças em princípios de reciprocidade. Esta postura não é fácil de ser obtida na realidade concreta das salas de aula, é possível, mas não pode ser alcançado em pouco tempo, precisa ser construída no dia-a-dia pelos membros do grupo.

O professor também necessita ter instrumentos metodológicos para poder exercer esse papel ativo, para cobrar coerência e reciprocidade nas ações dos seus alunos o que é possível dependendo da forma com que trabalha as regras em sala de aula. Para que isso aconteça é preciso primeiramente que as regras sejam estabelecidas pelo grupo, compreendendo que o professor é parte integrante e não externa a este, e tem a autoridade inerente que lhe é atribuída por seu papel. Em segundo lugar é necessário que esse mesmo professor não extrapole suas funções de membro coordenador e mediador do grupo, e não queira ser o “dono” da sala e das regras, aquele que tudo determina. Essa postura é incoerente com os ideais democráticos do respeito mútuo e da reciprocidade. Entender esse papel, sabendo utilizar democraticamente a autoridade inerente a sua função, o que pode levar a uma transformação das relações dentro da escola e fazer com que os alunos sintam a importância do respeito e não a mera obediência às regras. Como nos coloca Araújo:

Se um dos objetivos da educação é o de auxiliar o sujeito a construir uma autonomia do pensamento que ‘obrigue a sua consciência’ a respeitar as regras do grupo depois de raciocinar com base em princípios de reciprocidade se aquela regra é justa ou não, isto deverá ser alcançado por meio de relações que não envolvam a coação e o respeito unilateral; caso contrário poderá se obter um comportamento desejado pelo adulto, mas ao preço de reforçar a heteronomia e não um juízo autônomo (1996, p.114).

Somente uma transformação nos tipos de relações estabelecidas nas escolas, famílias e sociedade poderão fazer com que o problema da indisciplina seja encarado sob uma perspectiva diferente. Deste modo, deve-se objetivar que os princípios que estão por trás das regras a serem cumpridas pelo sujeito tenham como pressuposto os ideais democráticos de justiça e igualdade, bem como a construção de relações que auxiliem esse sujeito “obrigar sua consciência” e agir com base no respeito a esses princípios e não por obediência.

REFERENCIAS

- AQUINO, Júlio Groppa. (Org.). **Indisciplina na escola**: alternativas teóricas e práticas. 11. ed. São Paulo: Summus Editorial, 1996.
- ARAÚJO, Ulisses de Araújo. Moralidade e Indisciplina: uma leitura a partir do referencial piagetiano. In: AQUINO, Julio Groppa. **Indisciplina na Escola**: Alternativas teóricas e práticas. São Paulo: Summus, 1996.
- CHALITA, Gabriel. **Educação**: A solução está no afeto. 6. ed. São Paulo: Gente, 2002.
- COAN, Cherlei Márcia. **Autonomia e Autoridade em Kant e Piaget**. 2005. 122 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2005.
- FERREIRA, B. de H. **Dicionário Aurélio Básico da Língua Portuguesa**. 1. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.
- FRANCO, Luiz Antônio Carvalho. **A escola do trabalho e o trabalho da escola**. São Paulo: Cortez, 1987.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 7. ed.. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1981.
- PIAGET, Jean. **Sobre a pedagogia**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1998.
- SALTINI, Cláudio. Disponível em: www.eduquenet.net/afetividade.htm. Acesso em: 04 de nov. de 07.
- SILVA, Sônia Aparecido Ignácio. **Valores na educação**: O problema da compreensão e da operacionalização dos valores na pratica educativa. Petrópolis: Vozes, 1986.
- SIMÕES, Alcindo. **Indisciplina na aula**. Disponível em: <www.google.com.br/hym>. Acesso em: 10 de abril de 2007 às 19h33min.
- TAILE, Yves de La. **Indisciplina/Disciplina**: Ética, moral e ação do professor. 2. ed. Editora Mediação: Porto Alegre, 2006.
- TIBA, Içami. **Disciplina, limite na medida certa**. 50. ed. São Paulo: Editora Gente, 1996.
- _____. **Ensinar aprendendo**. Como superar os desafios do relacionamento professor-aluno em tempos de globalização. 13. ed. São Paulo: Gente, 1998.
- _____. **Quem ama, educa!** 108 ed. São Paulo: Gente, 2002.
- _____. **Ensinar aprendendo**. Novos paradigmas na educação. 25ª edição. São Paulo: Integrare Editora, 2006.
- VASCONCELOS, Celso dos Santos. **Disciplina**: Construção da disciplina consciente e interativa em sala de aula e na escola. Cadernos pedagógicos do Libertad v. 4. São Paulo: Libertad, 1995.
- WALLON, Henri. **Psicologia e Educação da Infância**. Paris: Estampa, 1973.
- _____. Henri. **Psicologia e Educação da Criança**. Lisboa: Veja, 1979.